

Aprovadas quatro medidas do PAC

O Plenário do Senado acolhe cinco medidas provisórias: uma sobre a ocupação de terras pertencentes à União e quatro relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Obras de infra-estrutura e indústrias de equipamentos para TV digital são contempladas nas propostas que seguem para a sanção do presidente da República. **Página 3**



lane Araújo

O anúncio dos nomes dos integrantes da CPI foi precedido de uma reunião do presidente do Senado com os líderes

CPI do Apagão Aéreo se instala amanhã e elege presidente

Em cumprimento a acordo firmado entre governo e oposição, o senador Romeu Tuma leu ontem em Plenário os nomes dos integrantes da CPI do Apagão Aéreo, que se reúne amanhã, às 11h, para eleger o presidente e escolher o relator. Hoje, deve ser discutido o destino da CPI das ONGs. **Página 4**

Nota fiscal pode incluir o total dos tributos

A nota fiscal deverá especificar o total dos tributos incluídos no preço da mercadoria, conforme proposta aprovada pela Comissão de Meio Ambiente. Na reunião de ontem, foram acolhidos mais oito projetos. **Páginas 6 e 7**



J. Freitas

A Comissão de Meio Ambiente aprova projetos de proteção ao ecossistema



Semana da pessoa com deficiência

Senadores recebem kit de divulgação da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O material traz orientações preventivas de acidentes potencialmente causadores de deficiência. **Página 7**

Um passo rumo à inclusão digital: escolas devem ter acesso à internet

A Comissão de Educação aprovou ontem, por unanimidade, proposta que obriga todas as escolas públicas e particulares de educação básica e superior a dispor de redes digitais de informação até 2013. De acordo com o projeto, a oferta do acesso à

internet será garantida com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). “Este projeto será muito importante para promover a inclusão digital no Brasil”, afirmou o relator do projeto, Eduardo Azeredo. **Página 2**

Proteção às vítimas de abuso sexual

Comitê cobra do Estado brasileiro proteção a crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual. De 80 casos denunciados por CPI, apenas 18 resultaram em processos judiciais ou inquéritos. **Página 7**

C. Azeredo



Costa Cruz

Mercadante (foto à esq.) é autor do projeto de lei relatado por Azeredo (foto à dir., com Cristovam)

Proposta de Mercadante é acolhida com emenda de Cristovam que garante a instalação de pelo menos um computador ligado à rede para cada dez alunos, por turno

Comissão aprova acesso de escolas à internet até 2013

Todas as escolas públicas e particulares de educação básica e superior deverão dispor de redes digitais de informação até o final de 2013, conforme projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovado ontem em decisão terminativa, e por unanimidade, pela Comissão de Educação (CE). A oferta de acesso à internet será garantida, de acordo com a proposta, por meio de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A proposição (PLS 103/07) estabelece que, pelo menos, 75% dos recursos arrecadados para o Fust, ao longo dos próximos seis anos, serão destinados à implantação de terminais e redes de acesso à internet em escolas e bibliotecas, na sua interligação e no subsídio às contas dos serviços envolvidos.

Segundo emenda do presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), incluída no texto, será instalado no mínimo um computador com acesso à internet para cada dez alunos, em cada turno. E oferecido ainda treinamento aos profissionais de educação para o



Cristovam preside reunião da CE que aprova projeto em decisão terminativa

uso dos equipamentos.

Em seu parecer favorável, o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), observou que somente 30% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas onde há algum computador. Além disso, muitas vezes esses equipamentos são encaminhados apenas à administração escolar.

– Esse projeto será muito importante para promover a inclusão digital no Brasil – apostou o relator, após lembrar que permanecem intocados os mais de R\$ 5 bilhões já arrecadados para o Fust.

Também foi acolhido em decisão terminativa o PLS 31/07,

de Cristovam, que determina a realização de remanejamentos de professores da rede pública de ensino antes do início do ano letivo. A proposição teve Mão Santa (PMDB-PI) como relator.

Igualmente em decisão terminativa foram aprovados os projetos 1/07 e 215/06, de autoria, respectivamente, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que autorizam o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim (RS) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em Marabá (PA). Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Eduardo Azeredo foram os relatores.

Ramez Tebet poderá dar nome a rodovia

O trecho da estrada BR-158, entre as cidades de Três Lagoas e Cassilândia (MS), poderá receber o nome oficial de rodovia Ramez Tebet. A denominação, uma homenagem ao ex-senador Ramez Tebet, que faleceu há seis meses, consta de projeto (PLS 21/07)

de Valter Pereira (PMDB-MS), aprovado ontem pela Comissão de Educação e que segue agora para a apreciação da Câmara.

Tebet foi prefeito de Três Lagoas, relator da primeira Constituição de Mato Grosso do Sul e, após ocupar o cargo de vice-gover-

nador, dirigiu o estado de 1986 a 1987. Foi eleito senador em 1994, reeleito em 2002, e presidiu o Senado de 2001 a 2003.

Em seu parecer, a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou que Tebet era uma “pessoa queridíssima na região”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Gerardo de Mello Mourão

A hora do expediente, período que antecede a ordem do dia, será destinada hoje a reverenciar a memória do escritor Gerardo de Mello Mourão, que presidiu a Academia Brasileira de Filosofia.

Novas formas de utilização do FGTS

Com a presença do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se, às 11h, em audiência pública para comemorar o Dia do Trabalho. Em seguida, o colegiado examina

pauta de nove itens. O primeiro deles engloba 15 projetos diferentes que propõem a ampliação das possibilidades de utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Recursos para a segurança pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para votar pauta com 11 itens. Entre eles, duas propostas de emenda à Constituição que tramitam em conjunto com o intuito de

destinar recursos para segurança pública. Ainda poderá ser votado o projeto que considera como causa de aumento de pena o tráfico ilícito de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino.

Transparência à publicidade governamental

Uma pauta de 13 itens será analisada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) às 8h45. O projeto que determina a publicação, semanalmente, no Diário Oficial da União, dos demonstrativos das despesas com propaganda e publicidade de todos os órgãos da administração pública federal faz parte desses itens.



Alternativas para eliminar o vestibular

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) realizará audiência pública para discutir a possibilidade de alterar o modo de ingresso no ensino superior, reformulando os processos seletivos. Também será discutido o projeto que inclui programa de avaliação seriada anual

nos processos seletivos das universidades públicas. Estão convidados para a reunião Gustavo Lemos Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Regina Vinhaes Gracindo, conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre outros.

Lançamento

Será lançado, às 18h30, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, o livro A saga de Gerardo: um Mello Mourão, do escritor José Luís Lira.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30. Em pauta, estão duas mensagens do Executivo com a avaliação de superávit primário referente a 2006.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Eptácio Cafeteira e Romeu Tuma

MP acolhidas tratam de correção na tabela do IR, fundos de investimentos e incentivos para infra-estrutura e benefícios à produção de equipamentos da TV digital

Senado aprova quatro medidas provisórias do PAC

O Senado aprovou ontem cinco medidas provisórias, entre elas quatro integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como haviam sido alteradas pela Câmara, todas se tornaram projetos de lei de conversão (PLVs). Integram o PAC os seguintes PLVs: 11/07, 8/07, 13/07 e 12/07. Além desses, foi aprovado o PLV 4/07.

O PLV 11/07 (MP 352/07) cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos eletrônicos utilizados na TV digital. A matéria

também instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD).

O PLV 13/07 (MP 351/06) concede incentivos fiscais para projetos na área de infra-estrutura e isenta de PIS/Cofins as empresas que tenham projetos aprovados para implantação de obras nos setores de transporte, portos,

energia e saneamento básico. Os benefícios valem para a compra de máquinas, equipamentos, materiais de construção e serviços adquiridos tanto no Brasil quanto no exterior.

O PLV 08/07 (MP 348/07) institui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE), com o objetivo de angariar recursos para investimentos em novos projetos de infra-estrutura. A última medida do PAC aprovada foi a MP 340/06 (PLV 12/07), que corrige em 4,5% a

tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), anualmente, até 2010.

Imóveis

Já o PLV 04/07 (MP 335/06) modifica dispositivos legais relacionados a imóveis da União para facilitar a regularização de assentamentos e o acesso a terreno ou moradia à população de baixa renda. Os beneficiários são famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos.

Agora o Senado precisa apreciar mais três medidas provisórias do

PAC: a MP 349/07 (PLV 10/07), a qual destina R\$ 5 bilhões do FGTS para infra-estrutura; a MP 353/07 (PLV 5/07), que cria 157 cargos comissionados para os servidores que cuidarão da arrecadação dos bens e do pagamento das obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); e a MP 347/07 (PLV 09/07), que destina R\$ 5,2 bilhões à Caixa Econômica Federal para o financiamento de obras de saneamento básico e habitação popular, entre outras operações.

Tabela do IR será corrigida em 4,5% até 2010

Aprovado em votação simbólica e com apoio das oposições, o Projeto de Lei de Conversão 12/07 corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 4,5% neste ano e aplica esse mesmo percentual às tabelas de 2008, 2009 e 2010. A correção é fruto de acordo político firmado em dezembro do ano passado entre sindicalistas, governo e líderes partidários.

Essa é a primeira vez que se coloca na lei uma correção por quatro anos. A inflação projetada pelo governo nesse período fica também na faixa de 4,5% ao ano, ou seja, até o final de 2010 os contribuintes não devem ter mais perdas por falta de reajuste das tabelas de IR, incluindo as isenções com educação e dependentes.

A matéria foi relatada por Ideli Salvatti (PT-SC), para quem a correção "recupera um pouco" a defasagem da tabela, decorrente da falta de reajustes anteriores ao governo Lula. Estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) afirma que, para reposição inflacionária desde 1996, a correção do IR deveria ser de 44% em 2007, e não de 4,5%. O PLV será enviado agora à sanção.



Plenário deve examinar mais três medidas provisórias relativas ao PAC, entre elas a que destina dinheiro do FGTS a infra-estrutura

Incentivos a equipamentos para TV digital

Uma série de incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de semicondutores é prevista no Projeto de Lei de Conversão 11/07 (MP 352/07), relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM). Entre os incentivos estão reduções a zero de alíquotas como a Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de equipamentos e softwares importados.

Agilidade para regularização de terrenos da União

As mudanças contidas no Projeto de Lei de Conversão 04/07 (MP 335/06) têm o objetivo de facilitar o acesso da população carente à moradia, viabilizar formas alternativas de regularização fundiária e eliminar encargos tributários incompatíveis com as políticas sociais. Os ocupantes dos terrenos da União, em especial a população de baixa renda, terão maior agilidade no cadastramento, na inscrição e na própria documentação de posse. A regulamentação somente vale para as áreas ocupadas até o dia 27 de abril de 2006.

Investimento em infra-estrutura dará isenção de IRPF

O fundo de investimento específico para obras de infra-estrutura aprovado pelo Projeto de Lei de Conversão 8/07 é destinado tanto a pessoas físicas como jurídicas.

Um dos diferenciais dessa nova modalidade de aplicação é que as pessoas físicas que mantiverem seus recursos no fundo por cinco anos estarão isentas do pagamento do Imposto de Renda. Para as que retirarem seus recursos antes desse prazo, a alíquota a ser cobrada sobre os rendimentos será de 15%. Esse percentual também aplica-se ao Imposto de Renda a ser pago pelas pessoas jurídicas.

Máquina para obra pode ser comprada sem PIS e Cofins

A isenção de PIS e de Cofins na compra de máquinas, equipamentos, materiais de construção e serviços para as empresas que tiverem aprovados projetos em infra-estrutura foi aprovada na forma do PLV 13/07.

No caso de compras feitas em outros países, a isenção será para o pagamento de PIS/Cofins-Importação. Se os bens não forem utilizados em obras de infra-estrutura, o PIS/Cofins será recolhido com multa e juros contados a partir da data da compra ou do registro da Declaração de Importação. O voto do relator, Edison Lobão (DEM-MA), foi pela aprovação.

Para concorrerem aos benefícios, as empresas deverão se enquadrar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), criado pela MP 351/06 (que originou o PLV) e que será regulamentado futuramente pelo governo. A medida exclui dos benefícios as empresas que se enquadram no Simples ou no Simples Nacional. A MP também reduz para 24 meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS/Cofins decorrentes da construção ou aquisição de edificações.

Projeto que reduz contrapartidas no PAC será votado pelo Congresso

Hoje, às 11h, o Congresso irá analisar projeto do Executivo que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 e prevê a redução do superávit primário, com o objetivo de atender à programação do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), aumentando

seus recursos de cerca de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 11,28 bilhões.

O PPI reúne uma série de investimentos governamentais cujos gastos não são contabilizados no cálculo do superávit primário. De acordo com o projeto (PLN 01/07), o superávit

será reduzido em até R\$ 11,8 bilhões, o que corresponde a 0,5% do produto interno bruto (PIB) estimado para 2007.

A proposta também reduz o valor da contrapartida dos estados e municípios nos projetos de habitação e saneamento previstos

no Programa de Aceleração do Crescimento. A redução nas contrapartidas, de 20% para até 0,1% do valor total do projeto, foi proposta pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que foi o relator da matéria na Comissão Mista de Orçamento.



Virgílio critica Lula por não falar das reformas estruturais

Virgílio considera positiva entrevista do presidente Lula

A entrevista coletiva concedida pelo presidente Lula em 29 de abril foi avaliada por Arthur Virgílio (PSDB-AM) como um fato positivo, “que deveria ser repetido outras vezes”.

O senador também elogiou a garantia feita por Lula de que não disputará o terceiro mandato em 2010, e a promessa de manter a estabilidade da economia e a autonomia concedida ao Banco Central. Virgílio criticou o presidente por ele não ter tocado no tema reformas estruturais. “Somente com as reformas o Brasil crescerá”, disse.



Maciel diz que mudança em seu partido atendeu demanda social

Maciel registra comissão do DEM em Pernambuco

Marco Maciel (DEM-PE) anunciou a instalação, na segunda-feira passada, no Recife, da Comissão Provisória Estadual do Democratas de Pernambuco, que será presidida por José Mendonça Bezerra Filho.

– Sabe-se que é muito difícil mudar formas de pensar e agir. Mas, por outro lado, as mudanças de paradigmas em que vivemos impõem redefinir rumos e ações para atender às novas demandas da sociedade. Foi o que fizemos – afirmou o senador, sobre a decisão do antigo PFL de se transformar no Democratas.

Convocação da primeira reunião da comissão parlamentar de inquérito foi feita logo depois da leitura dos nomes dos representantes do governo e da oposição no colegiado

CPI do Apagão Aéreo se instala amanhã e escolhe dirigentes

O senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), o mais idoso entre os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, convocou para as 10h de amanhã a reunião de instalação da CPI, quando deverá ser eleito o presidente e escolhido o relator. A convocação foi emitida ontem, depois de Romeu Tuma (DEM-SP) ter lido em Plenário os nomes dos integrantes da comissão, em cumprimento a acordo firmado entre o governo e a oposição.

Como titulares, foram designados José Agripino (DEM-RN), Antonio Carlos Magalhães, Demostenes Torres (DEM-GO), Mário Couto (PSDB-PA) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), pela oposição; Tião Viana (PT-AC), Sibá Machado (PT-AC), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Renato Casagrande (PSB-ES), Wellington Salgado (PMDB-MG), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO), pela base do governo; e Osmar Dias (PDT-PR), que não pertence a nenhum bloco.

Ao sair da reunião do presidente



Líderes se reúnem com Renan Calheiros: entendimento preliminar ao anúncio dos nomes

do Senado, Renan Calheiros, com os líderes, José Agripino informou que ao governo caberia a presidência da CPI, enquanto a oposição ficaria com a relatoria.

– O nome mais cotado para relator é o do senador Demostenes Torres, por seu perfil de investigador e experiência de promotoria pública – disse.

Os membros suplentes da CPI também foram anunciados em Plenário: Raimundo Colombo (DEM-SC), Romeu Tuma, Ideli Salvatti (PT-SC), Expedito Júnior (PR-RO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Após a leitura dos indicados, Agripino elogiou a base do governo por cumprir a promessa de indicar seus representantes e defendeu para as investigações “um tom altivo,

mas equilibrado”, de forma que a sociedade seja a grande beneficiada com o resultado.

ONGs

Renan Calheiros marcou para hoje uma reunião de líderes para indicação dos integrantes da CPI das ONGs, proposta por Heráclito Fortes (DEM-PI). A decisão

foi tomada depois de Heráclito protestar contra “a injustiça cometida contra a CPI das ONGs, cujo requerimento é anterior ao da CPI do Apagão Aéreo”.

Em resposta, Agripino ressaltou que a CPI das ONGs, embora anterior, tinha sido vítima de um “erro processual” por parte da oposição, que não encaminhara uma reunião de líderes para tratar do assunto. Além disso, ele frisou que não faria sentido instalar duas CPIs e elas “claudicarem em sua eficácia”. O líder do governo, Romero Jucá, destacou que a formalização da CPI do Apagão Aéreo em primeiro lugar foi acertada entre governo e oposição “por uma questão de ação operacional do Senado”. Até o momento, 11 integrantes já foram indicados para a CPI das ONGs.

Jarbas contesta declaração de Jucá sobre obras em aeroportos



Jarbas classifica como “leviana” denúncia do líder governista

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) contestou declaração do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), à imprensa sobre o fato de ele, governador de Pernambuco até 2006, ter feito obras no Aeroporto Internacional do Recife-Guararapes/Gilberto Freyre com a ajuda do governo do presidente Lula.

Jucá também teria declarado a jornalistas, segundo Jarbas

Vasconcelos, que há suspeitas de irregularidades nas obras dos aeroportos de Goiânia e do Recife. Segundo o senador pernambucano, as declarações “são descabidas” e procuram minimizar a importância de sua posição a favor da instalação da CPI do Apagão Aéreo.

– Quero deixar registrado que são inverídicas as declarações do senador Jucá. E deixar claro que devem ser apuradas todas as irregularidades. Peço desculpas por utilizar esta tribuna para uma questão pessoal, mas não podia deixar meu comportamento sob suspeita em virtude do comportamento contraditório e leviano do líder do governo nesta Casa – finalizou Jarbas.

Jucá: “Não mando recados e não fiz denúncia de irregularidade”



Obras em aeroportos foram transparentes, afirma Jucá

O senador Romero Jucá, líder do governo, contestou o senador Jarbas Vasconcelos, que, em pronunciamento, o acusou de tentar barrar a instalação da CPI do Apagão Aéreo no Senado “utilizando-se de táticas para intimidar a oposição, como notícias inverídicas sobre obras nos aeroportos do Recife e de Goiânia”.

Jucá defendeu-se dizendo não ter mandado qualquer

recado à oposição, porque essa não é a forma como trabalha. Sustentou ainda não ter denunciado irregularidades na construção de aeroportos nos governos de Jarbas Vasconcelos, em Pernambuco, e de Marconi Perillo, Goiás, afirmando que “as obras da Infraero foram feitas de maneira transparente”.

– O que eu disse aos jornalistas, em conversa no Cafézinho, é que muitos aeroportos foram feitos em convênio, inclusive em estados cujo governador era adversário político do governo. Nem por isso houve alguma denúncia de irregularidade ou comprometimento de quem quer que seja nessas questões – reiterou o líder do governo.



Para ideli, crescimento de 18% deve-se à carne de frango

Ideli comemora o aumento das exportações em SC

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), comemorou dados divulgados no Relatório da Federação das Indústrias de Santa Catarina, segundo os quais as exportações no estado cresceram 18%, entre janeiro e abril. Segundo a senadora, esses números foram proporcionados principalmente pelas vendas de frango, apesar da crise da gripe aviária.

Ideli também disse esperar que a liberação da carne suína brasileira para a União Européia seja debatida na próxima reunião da Organização Mundial da Saúde Animal.



Paim ressalta a grande demanda por ensino profissionalizante

Paim anuncia construção de escolas técnicas

Ao afirmar que a demanda por cursos em escolas técnicas profissionalizantes ultrapassa a procura por vagas em universidades, Paulo Paim (PT-RS) anunciou que o governo federal prometeu a construção de mais 150 instituições desse tipo para os próximos anos.

Paim também relatou sua participação no Fórum de Gestores Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, e anunciou que será lançada amanhã, às 8h30, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico.



Petrobras não paga royalties do petróleo à Marinha, afirma Tuma

Romeu Tuma pede reaparelhamento da Marinha

Romeu Tuma (DEM-SP) lamentou ontem os constantes cortes que o governo faz no orçamento do Ministério da Marinha, o que tem prejudicado o plano de reaparelhamento. Ele informou que a Marinha precisaria do dobro de embarcações, pois as atuais têm mais de 40 anos.

O senador acrescentou que, no final de 2006, os royalties do petróleo aos quais a Marinha tem direito, e que não estão sendo repassados pela Petrobras, somavam R\$ 2,69 bilhões. Neste ano, de R\$ 1,4 bilhão previstos em repasses da Petrobras, só foi autorizado o gasto com R\$ 551,8 milhões, conforme lei do orçamento, ficando o resto retido no Ministério do Planejamento.

Monitoramento de presos

Tuma mostrou ao Plenário pequeno dispositivo eletrônico que é colocado no tornozelo de presidiários para monitorá-los quando recebem autorização para saídas especiais (como no Natal e Dia das Mães) ou para trabalhar. Ele apresentou o equipamento, já usado nos presos da Califórnia (EUA), porque a Comissão de Justiça do Senado aprovou recentemente projeto que autoriza o seu emprego no Brasil.

Aumento de 29,81% repõe a inflação de dezembro de 2002 a março de 2007, quando os vencimentos se mantiveram congelados, segundo o relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

Reajuste para ministros, presidente e parlamentares passa em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de decreto legislativo que fixa os salários dos deputados e dos senadores em R\$ 16.512,09, com reajuste de 29,81% relativo à inflação de dezembro de 2002 a março de 2007 – período em que os vencimentos dos parlamentares estiveram congelados. Em seguida, a comissão também acolheu proposta que reajusta no mesmo percentual os subsídios mensais do presidente e do vice-presidente da República, bem como dos ministros de Estado. O salário do presidente será elevado para R\$ 11.420,21. Já o vice e os ministros passarão a receber R\$ 10.748,43.

As proposições (PDS 88/07 e 89/07), que agora vão ser examinadas em Plenário, iniciaram sua tramitação na Câmara, com aprovação em Plenário na última quarta-feira. No Congresso, o reajuste é sempre vo-



Mercadante (ao microfone), ao lado de Eliseu Resende, preside reunião da CAE

tado no fim de cada legislatura, com efeito para a seguinte. Mas a matéria foi arquivada no ano passado devido à repercussão em torno do valor que estava sendo proposto: reajuste de 90,7%, para equiparar os salários dos deputados com os dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Edison Lobão (DEM-MA), relator do projeto de aumento dos salários dos parlamentares, destacou que a iniciativa se limita à correção dos subsídios com base na inflação oficial medida pelo Ín-

dice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde o último reajuste. Ainda assim, dois integrantes da CAE, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Osmar Dias (PDT-PR), votaram contra. Eles disseram não se sentir à vontade para aprovar iniciativa que gerava benefício para congressistas da própria legislatura.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que não tinha motivo para deixar de seguir a decisão da Câmara, uma vez que a questão do reajuste está pendente e que o percentual dessa vez apenas corrige os subsídios com base na inflação.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto de reajuste para os principais cargos do Executivo, considerou que a manutenção dos salários congelados representaria uma restrição para atrair profissionais qualificados.

Cadastro poderá impedir venda de lotes por beneficiários da reforma agrária

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos projeto para excluir de programas da reforma agrária pessoas que vendem os lotes recebidos – normalmente para lucrar com a operação – e voltam a pleitear concessão de terra. A proposição, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), cria um cadastro nacional de beneficiários de projetos de reforma agrária e determina que essa base de dados seja sempre consultada antes da seleção para cada novo assentamento.

O cadastro deverá ser mantido pelo Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra), órgão executor do programa federal de reforma agrária, mas também será abastecido com dados de projetos e beneficiários de programas implementados por estados, municípios e até pela iniciativa privada. O Incra deve manter a base de dados atualizada e dar obrigatoriedade ao cadastro até 30 de março de cada ano.

Como foi acolhida na CAE em caráter terminativo, a matéria deve seguir para o exame na Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Adiada votação de projeto que isenta cachaça do IPI

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, causou polêmica o parecer favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) a projeto de Efraim Moraes (DEM-PB) que isenta a aguardente de cana-de-açúcar do pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Garibaldi considera a medida um estímulo ao fortalecimento de importante setor para a economia do país. A votação da proposta foi adiada por concessão de vista coletiva.

Prazo para envio de documento de quitação de carro

Empresas de leasing de veículos poderão ter prazo de 30 dias úteis para enviar ao arrendatário que quitar automóvel o documento único de transferência do veículo (DUT), a nota promissória vinculada ao contrato de arrendamento e o termo de quitação. Projeto de lei nesse sentido foi analisado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos e teve o parecer favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovado.

A proposição (PLC 7/03) determina que a empresa que não encaminhar o documento no prazo deverá pagar multa de 2% do valor do veículo. Com origem na Câmara dos Deputados, a matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para exame do Plenário.

Eduardo Suplicy assinalou ser freqüente o número de reclamações contra empresas de arrendamento de veículos. Os arrendatários, observou o parlamentar, queixam-se porque não recebem de forma rápida o documento que permite a regularização do veículo, mesmo depois de cumprirem todas as exigências legais para a quitação.

Ainda na reunião, foram acolhidos três requerimentos, entre eles o que solicita audiência para discutir entraves ambientais à construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira e as negociações que vêm sendo realizadas com a Bolívia sobre as compensações devidas à Petrobras pela nacionalização de instalações naquele país.



Mão Santa critica edição de MPs e letargia do Legislativo

Mão Santa afirma que Lula não aceita a divisão de poder

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que o presidente Lula “não teve ainda concepção do que é democracia”. “A democracia não é só falar ao povo, não é só ganhar as eleições, mas é justamente aceitar a divisão de poder”, disse o senador, ao criticar a edição de medidas

provisórias (MPs) e a letargia do Legislativo diante de ações do Executivo.

O parlamentar observou que a edição de MPs de complementação ao Orçamento altera as atribuições do Legislativo e reforça a descrença popular que atinge o Congresso.



Raimundo Colombo: aumento do FPM foi prometido publicamente

Colombo critica presidente por não cumprir promessa feita a prefeitos

Raimundo Colombo (DEM-SC) criticou ontem o presidente Lula por mais uma vez não cumprir a promessa de aumentar em um ponto percentual o repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele afirmou que Lula fez a promessa a prefeitos

de todo o país em evento público.

O senador ainda classificou como “agressão ao povo brasileiro” o fato de menos de 10% da arrecadação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) ter sido aplicada em fiscalização.

Nova modalidade de pena restritiva de direito, acolhida por comissão, visa conscientizar infratores quanto à necessidade de proteger o meio ambiente



Dados de relatório sobre mudança climática preocupam Cafeteira

Cafeteira adverte para riscos ao meio ambiente

“Se quisermos sobreviver, precisamos entender que somos parte da natureza e devemos a ela estar integrados”, advertiu o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) depois de analisar algumas das conclusões do recém-divulgado relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O documento estima que é possível reduzir o aquecimento global se as emissões dos gases que o provocam começarem a cair até 2015.

Mozarildo defende investimentos no setor de turismo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou, em discurso, que o Brasil “patine na segunda divisão dos destinos internacionais”, enquanto a Espanha atrai um número crescente de visitantes.

Ao pedir mais investimentos no setor, o senador disse que o turismo no Brasil é prejudicado pelo alto índice de criminalidade, pela precária infra-estrutura de transportes, pela elevada carga tributária e, mais recentemente, pelo apagão aéreo.



Mozarildo: “País patina na segunda divisão do setor”

Projeto determina curso de educação ambiental a quem agredir a natureza

Proposta que inclui a frequência a curso presencial de educação ambiental entre as penas restritivas de direito no caso de crime ambiental foi aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De autoria do senador Valter Pereira (PMDB-MS), a proposição (PLS 44/07) determina que o curso, de frequência obrigatória, terá o mínimo de

nove horas-aula e duração, pelo menos, uma semana. A medida, assinala em seu parecer o relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), visa promover a conscientização do infrator a respeito da necessidade de proteger a natureza.

De acordo com a matéria, os cursos serão oferecidos por entidades públicas ou privadas credenciadas junto a órgãos ambientais e educacionais competentes.

Na justificativa do projeto, Valter Pereira afirma que “o curso presencial de educação ambiental, formulado em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, constituirá uma importante opção quando da aplicação de penas restritivas de direito a indivíduos que tenham praticado crimes ambientais”.

Pela sistemática da lei vigente, as penas restritivas

de direito são autônomas e substituem, por igual período, as privativas de liberdade, quando forem preenchidos, cumulativamente, dois requisitos: tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos; e quando a culpabilidade e os antecedentes, entre outros fatores, indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do ato delituoso.

CMA quer dados do primeiro ano de florestas públicas

O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Rezende de Azevedo, deverá comparecer à CMA para apresentar os resultados do primeiro relatório anual de gestão de florestas públicas. Requerimento nesse sentido, de Renato Casagrande (PSB-ES), foi aprovado ontem pela comissão.

A CMA também acolheu requerimento para a realização de audiência pública sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

Alteração em limites de parque nacional no Ceará

A Comissão de Meio Ambiente aprovou voto favorável da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a projeto da Câmara (PLC 76/06) que altera os limites do Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará.

O objetivo da proposição é possibilitar um sistema de coleta e tratamento de esgotos para o núcleo urbano circundado pelo parque. Criado em 2002, o parque incorporou parte do espaço da área de proteção na qual está localizada a vila de Jericoacoara.



Presidida por Leomar Quintanilha, CMA aprova proposições que aperfeiçoam legislação sobre meio ambiente

Proposta obriga alerta sobre escassez de água

Os senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovaram também projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que determina a veiculação de mensagens de advertência sobre escassez de água em equipamentos e embalagens de produtos de limpeza.

Com parecer favorável do relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a proposição (PLS 176/05) dispõe que os equipamentos de limpeza que utilizem água deverão conter, sempre que possível, mensagens de advertência sobre os riscos da escassez de água doce e de incentivo ao consumo moderado, inclusive em suas embalagens e propagandas.

Na justificativa, Crivella lembra que o Brasil concentra cerca de 12% de todas as reservas mundiais de água doce, sendo o primeiro país em disponibilidade hídrica de rios, mas adverte que o uso inadequado compromete esse recurso em várias regiões.

Quintanilha afirmou que as campanhas de informação à população têm efeitos positivos e citou como exemplo a campanha contra o tabagismo.

Programa Carbono Zero no Senado

A instituição, no âmbito do Senado, do Programa Carbono Zero, para neutralizar as emissões de carbono geradas nas dependências da Casa, é o que prevê projeto de resolução da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES).

O projeto também estabelece a criação do Grupo Executivo do Programa Carbono Zero, para implementação, coordenação e acompanhamento da medida. O grupo, a ser composto por sete funcionários efetivos ou comissionados do Senado, deve viabilizar parcerias de apoio e cooperação com entidades governamentais e desenvolver políticas internas para racionalizar o uso de recursos não-renováveis.

As ações, conforme a proposta de Serys, consistirão em plantio de árvores em áreas públicas de conservação ambiental, nascentes, margens de cursos d'água, lagos, lagoas e escolas públicas. O Senado também deverá destinar anualmente, segundo o texto, recursos para a execução do programa.

Al Gore poderá falar aos senadores sobre efeito estufa

O ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, idealizador e narrador do documentário Uma verdade inconveniente, poderá comparecer ao Senado Federal para falar sobre o aquecimento global. Requerimento com essa finalidade, de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi acolhido ontem pela Comissão de Meio Ambiente,

Serys lembrou que Al Gore vem estudando com profundidade o assunto, o que torna sua presença muito importante para o debate na Casa. A senadora sugeriu que a audiência seja marcada para julho, quando o ex-vice-presidente deverá estar no Brasil.

Como o tema é do interesse de várias comissões e subcomissões do Senado, a audiência poderá ser realizada de forma conjunta, conforme sugestão de Sibá Machado (PT-AC).

Comissão acolhe mudanças na política pesqueira

Na reunião de ontem, a Comissão de Meio Ambiente aprovou substitutivo apresentado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a política pesqueira nacional. Na avaliação da maioria dos senadores que estavam presentes à reunião, a iniciativa consolida, moderniza e aperfeiçoa a legislação referente à atividade da pesca no país.

Entre as principais alterações propostas por Fátima Cleide ao projeto (PLC 29/03), de autoria do então deputado Koyu Iha, está a que estabelece que o ordenamento pesqueiro deve considerar as particularidades e as necessidades da aquicultura familiar. Outra mudança sugerida pela relatora insere dispositivos para definir as expressões defeso de pesca, espécie exótica e aquicultura familiar e ornamental.



Evento reúne Roseno (E), Telma, Patrícia, Rosário, Azeredo e Neide

Comitê pede mais proteção do Estado a vítimas de abuso sexual

A principal conclusão do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no dossiê sobre os desdobramentos de 18 casos denunciados pela CPI da Exploração Sexual (realizada em 2003), foi a de que a vítima é considerada conivente com o abuso, devido a uma “ótica machista do Estado, juiz e punidor”.

A afirmação foi feita pelo consultor do comitê, Renato Roseno, ao entregar ontem à então presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), o relatório “Quando a vítima é a criança ou o adolescente: combater a impunidade é garantir a proteção”. De acordo com Roseno, a vítima da violência sexual é obrigada, ao longo de um processo que dura de cinco e seis anos, a reviver o trauma sofrido.

O relatório do comitê aponta que o Estado brasileiro “não se responsabiliza e não protege” a criança e o adolescente que sofre exploração e/ou abuso sexual. De acordo com o documento, dos 80 casos denunciados pela CPI da Exploração Sexual, somente 18 resultaram em processos judiciais ou inquéritos policiais. Das 73 vítimas identificadas, 72 eram do sexo feminino, o que demonstra, segundo o relatório, que a violência é

praticada “por uma sociedade machista e sexista”.

— O Estado não age; quando age, age mal — disse Renato Roseno, ao avaliar que o Congresso tem a responsabilidade de mudar o Direito Penal brasileiro, o Código Penal e o Código de Processo Penal para atender, de forma diferenciada, a criança e o adolescente-vítima.

A condenação de apenas três dos apontados como culpados pela CPI é preocupante, na opinião de Roseno. Ele considera que o Estado deve mudar sua atuação, responsabilizar mais que punir, auxiliar as vítimas e suas famílias, e até mesmo estender ao agressor o atendimento psicossocial a ser dado às vítimas.

Idade penal

Durante a entrega do dossiê, em audiência pública no Senado, Patrícia disse que o Congresso está caminhando no sentido contrário à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, ao aprovar a redução da maioria penal.

Também presente ao evento, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) pediu apoio para aprovação, pela Câmara, de dois projetos: o PL 4.850/05, que modifica artigo do Código Penal para tipificar crime sexual; e o PL 4.126/04, que reduz a exposição da criança vítima, durante investigação.

Suplicy apóia críticas à redução da idade penal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem da tribuna manifesto assinado por juristas e alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) contra a redução da maioria penal. O documento sustenta ser inconstitucional o projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que antecipa a maioria de 18 para 16 anos. Suplicy votou na CCJ contra o projeto.

O manifesto, que também recebeu a assinatura de Suplicy, afirma que a redução da maioria “consiste numa resposta já conhecida e fracassada no combate à violência” e que “responder com violência não soluciona o problema da segurança pública”.

O manifesto, que recebeu assinatura de juristas e como Dalmo Dallari e José Carlos Dias, sustenta que “o jovem é a principal vítima da desigualdade social brasileira, sofrendo diretamente os impactos da ausência de oportunidades no campo da educação, da saúde, do lazer, etc”.

Suplicy pediu ainda transcrição nos Anais do Senado de documento da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, que também discorda da redução da idade penal.



Suplicy leu em Plenário manifesto de juristas e alunos da USP

Projeto acolhido pela CMA obriga fornecedor a informar o total de tributos incidentes sobre o preço da mercadoria ou serviço

Valor dos impostos poderá ser divulgado em nota fiscal

Todo fornecedor poderá ser obrigado a informar, na nota fiscal, o conjunto de tributos embutidos no preço da mercadoria comercializada ou serviço prestado. É o que prevê substitutivo a projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta, que tramita em caráter terminativo, deverá voltar à comissão para votação em turno suplementar.

Na justificativa da proposta (PLS 174/06), Renan argumenta que a medida busca a aplicação de dispositivo constitucional que determina como direito fundamental do consumidor ser esclarecido sobre os tributos que incidam sobre mercadorias e serviços.

O relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), informou que a iniciativa é resultado de campanha de-



Autor do projeto, Renan quer garantir direito dos consumidores

nominada De Olho no Imposto, que teve a finalidade de arrecadar assinaturas de apoio à regulamentação da obrigatoriedade de informar ao consumidor o valor dos tributos embutidos nas mercadorias ou serviços.

A campanha foi organizada pela Associação Comercial de São Paulo, com participação de entidades representativas de empreendedores, profissionais liberais e trabalhadores.

De acordo com o substitutivo, no caso de os impos-

tos serem divulgados por painel disponível ao consumidor no estabelecimento ou em impresso diferente da nota fiscal, os valores poderão ser expressos em percentuais sobre o preço a ser pago, ou em valores monetários, no caso de alíquota específica.

São excluídas da obrigatoriedade de divulgação a contribuição social incidente sobre a folha de pagamento, quando não tiver relação com o preço do produto ou serviço, e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Leomar Quintanilha argumentou que esses tributos dependem da realização do pagamento da mercadoria ou serviço por via bancária. Seu controle, disse, exigiria a instalação de sistema de custeio em cada entidade vendedora, o que tenderia a elevar o custo da entidade empresarial — o chamado custo Brasil.

Boleto de cobrança deve incluir dados do fornecedor

O projeto que obriga a inclusão do nome e endereço do fornecedor de produto ou serviço nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A proposta, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi acolhida em caráter terminativo.

O projeto (PLS 314/06),

que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), explicou o autor na justificativa, poderá contribuir para a proteção dos consumidores perante o fornecedor e a Justiça. Camata informou que atualmente a regulamentação do Banco Central quanto à emissão de boletos de cobrança não exige que conste em tais documentos o endereço do comerciante ou prestador de serviço.

O senador observou ain-

da que, muitas vezes, os boletos cobrados indevidamente não são pagos e o nome do consumidor é inserido no banco de dados dos serviços de proteção ao crédito.

O relator da proposta, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), salientou que é importante haver garantia aos consumidores sobre o conhecimento das informações acerca do fornecedor que realiza a cobrança.

Senado prepara semana da pessoa com deficiência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou a todos os senadores, no dia 4 de maio, um kit de divulgação da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Fazem parte do material cinco folhetos desenvolvidos em parceria pelo Senado e o Corpo de

Bombeiros, que tratam de temas como acidentes de trânsito, manuseio de fogos de artifício, acidentes domésticos, entre outras situações que podem ser potencialmente causadoras de deficiência.

Os parlamentares também receberam um DVD do programa Inclusão, da

TV Senado. Em carta aos senadores, Renan pede a divulgação do programa em escolas e associações comunitárias, como forma de prevenir mortes e acidentes.

A 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência será realizada em novembro.

CCJ analisa concessão de recursos à segurança pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne hoje para votar uma pauta com 11 itens, entre os quais duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam em conjunto, com o objetivo de destinar recursos para a área de segurança pública.

São elas as PECs 60/05 e 22/01, que têm como primeiros signatários, respectivamente, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romeu Tuma (DEM-SP).

Também está prevista a votação de substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto do

senador licenciado e atual ministro das Comunicações, Hélio Costa, que considera como causa de aumento de pena o tráfico ilícito de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações (PLS 34/03). A matéria tramita em decisão terminativa.



Para César Borges, governo estadual decepiona eleitores

César Borges: baianos enfrentam "caos na saúde"

O senador César Borges (DEM-BA) comentou reportagens dos jornais baianos A Tarde e Correio da Bahia sobre a morte, em 45 dias, de 16 crianças no Hospital da Criança, em Feira de Santana, principal cidade do interior do seu estado. De acordo com o senador, a Bahia enfrenta "o caos na saúde", além de greves de professores, rodoviários e policiais.

Na opinião de César Borges, os servidores públicos do estado "estão frustrados com as promessas não cumpridas pelo governador Jacques Wagner".

– Nesses cinco meses de governo do PT, não houve medidas efetivas para implementar as soluções prometidas na campanha eleitoral – afirmou.

Parecer preliminar da LDO deve sair em até dois dias

O deputado João Leão (PP-BA), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2008, informou que foram apresentadas 92 emendas ao relatório preliminar da matéria – o prazo para propor alteração ou acréscimo foi encerrado na segunda-feira. Ele também disse que seu parecer preliminar, com a análise das emendas, estará pronto em dois dias.

Quanto ao relatório final, cuja data prevista para entrega é 15 de junho, o deputado anunciou que cada bancada terá direito a seis emendas, e cada parlamentar, a cinco.

– Serão apenas emendas de texto, porque senão vamos transformar o projeto da LDO em um projeto de orçamento – explicou.

Representantes do setor empresarial contestam argumento dos defensores do veto ao dispositivo que submetia a prévia decisão judicial a desconsideração de empresas individuais prestadoras de serviço

Empresários defendem manutenção da Emenda 3 na lei da Super-Receita

Representantes de entidades empresariais defenderam ontem, em audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), a Emenda 3 apresentada ao projeto de lei que criou a Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita, e vetada pelo presidente da República. Conforme a emenda, a desconsideração de pessoa jurídica que implique reconhecimento de relação de trabalho deveria ser sempre precedida de decisão judicial.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), informou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá apresentar na próxima audiência do colegiado a proposta do governo de alíquotas para tributação de pessoas jurídicas personalíssimas, como alternativa à Emenda 3.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Frederico Nogueira, criticou o argumento, algumas vezes utilizado pelo governo federal, de que a Emenda 3 fragilizaria as relações de emprego, causando inclusive o aumento do

trabalho escravo.

O advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sérgio Murilo Campinho, ao discorrer sobre vários institutos jurídicos debatidos direta ou indiretamente no bojo da emenda, se manifestou contrário à possibilidade de desconsideração de pessoas jurídicas por auditores fiscais da Receita Federal.

O assessor da presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Roberto Nogueira Ferreira, mesmo ressaltando o caráter legal da utilização de certos artifícios tributários por empresas na tentativa de diminuir custos, considerou "um exagero" o argumento dos defenso-



Presidente da CDH, Paulo Paim (terceiro à esquerda) dirige audiência pública

res da Emenda 3 de que a ação de auditores fiscais poderia inibir o empreendedorismo no país.

Vantagem

Ferreira lembrou ainda que muitos trabalhadores brasileiros são forçados a constituir pessoa jurídica para obter emprego, mesmo sendo-lhes mais vantajoso ter carteira de trabalho assinada.

Já Evandro Guimarães, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), se declarou favorável à modernização das relações de trabalho sem precarização das condições do trabalhador.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) alertou para a necessidade de se formular uma lei que ao mesmo tempo atenda aos interesses do setor empresarial e preserve os dos trabalhadores. Ele considerou que "o grande mérito da Emenda 3 foi popularizar a discussão de um assunto que há muito deveria estar disciplinado".

Por sua vez, Paulo Paim manifestou-se otimista quanto a um entendimento entre governo, empresários e trabalhadores a respeito da emenda.

Presidente do Inbra discute situação de terra em fronteira

O presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), Rolf Hackbart, defendeu a alteração da norma que trata da ratificação de títulos de terras localizadas na faixa de fronteira. A modificação, de 2005, aumentou de 50% para 80% a exigência do grau de utilização da área para que seja concedida a ratificação. A defesa de Hackbart ocorreu ontem, durante audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), requerida por Osmar Dias (PDT-PR). O senador fundamentou o convite lembrando a preocupação de produtores do Paraná com a possibilidade de o Inbra utilizar o novo critério para arrecadar terras para a reforma agrária.

Segundo o presidente do órgão, a medida dará tranquilidade aos pequenos e médios proprietários de terras localizadas na faixa de fronteira. Os imóveis, explicou, terão seus títulos de domínio ratificados desde que os donos não possuam outros imóveis.

Osmar salientou que a ratificação de títulos de domínio "assustou" cerca de



Rolf Hackbart (E), ao lado de Joaquim Roriz, tranquiliza os senadores da Comissão de Agricultura

40 mil proprietários rurais do Paraná, uma vez que vazaram informações de que as suas terras voltariam para a União. Em resposta, o presidente do Inbra tranquilizou o senador.

– Não existe um plano maquiavélico do governo para retomar grandes propriedades na faixa de fronteira. O Inbra está, apenas, efetuando vistorias, caso a caso, conforme determina a lei, a fim de avaliar a situação dos grandes imóveis rurais, como, por exemplo, o aproveitamento e a utilização racional

da terra – disse Hackbart.

Para atender a todas as demandas, afirmou, o órgão precisará ampliar sua capacidade operacional.

– É preciso modernizar o Inbra para que tenha maior capacidade operacional no sentido de dar ao país um novo ordenamento fundiário, baseado em uma lei enxuta – declarou Rolf Hackbart, que chegou a pedir "ajuda" aos membros da CRA, sugerindo a destinação de mais recursos orçamentários para o órgão.

Mais transparência nos gastos federais com publicidade

Projeto de lei que visa dar mais transparência à publicidade governamental poderá ser votado hoje pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se reúne às 8h45.

O autor da proposta (PLS 272/05), senador Pedro Simon (PMDB-RS), argumenta que "o uso desregrado da publicidade estatal, em todas as searas da administração pública, no âmbito dos três Poderes da União, vem causando enormes prejuízos ao erário, na medida em que os gastos relacionados à publicidade oficial nem sequer são fiscalizados por órgão responsável".

A proposição determina que a administração pública federal terá de publicar no Diário Oficial, a cada semestre, demonstrativos das despesas com propaganda e publicidade.

Nascituro poderá ser incluído como dependente

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar na próxima terça-feira projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que inclui o nascituro (criança ainda não nascida) no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), tem voto favorável à proposta, que tramita em caráter terminativo.

A CAE deve votar outras 13 matérias, entre elas projeto (PLS 154/06) da senadora Serys Slhessa-zenko (PT-MT) que dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). A matéria, que foi relatada favoravelmente pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), seguirá, depois, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).